



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PROCESSO: 11000.720284/2019-99

ANEXO X DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA RFB/SRRF10 Nº 2/2019

Versão completa deste Anexo poderá ser obtida no endereço eletrônico:
<http://receita.economia.gov.br/sobre/licitacoes-e-contratos/anexos>

ESTUDO SINTÉTICO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA PARA IMPLANTAÇÃO DE PORTO SECO SOB REGIME DE PERMISSÃO NA REGIÃO DE NOVO HAMBURGO/RS

1. INTRODUÇÃO

O Estudo de Viabilidade Técnico e Econômico (EVTE) do Porto Seco de Novo Hamburgo/RS justifica-se pelo fato de, em abril de 2019, expirar-se o atual contrato de permissão para exploração do recinto. Seu objetivo é o de subsidiar o novo processo licitatório, agregando o maior número possível de dados e informações relevantes, a fim de verificar as necessidades de uma nova e adequada estrutura de Porto Seco, que atenda aos anseios e às demandas do Comércio Internacional como um todo nesta região. Para tal, foram pesquisados e analisados os dados históricos de movimentação de importação e exportação do recinto, extraídos do sistema Data Warehouse – DW – Aduaneiro, a fim de se verificarem tendências que permitam dimensionar o espaço físico, instalações e equipamentos necessários. Também foram feitos os cálculos do orçamento do empreendimento, dos custos e despesas, da receita e do fluxo de caixa líquido e, por fim, do valor das tarifas máximas a serem cobradas dos usuários.

Portos Secos são recintos alfandegados de uso público, nos quais são executadas, sob controle aduaneiro, operações de movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias e de bens de viajante. Quando localizados em ponto de fronteira alfandegado, ou em área contígua, são chamados de porto seco de fronteira¹. As operações de movimentação e armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro, bem assim a prestação de serviços conexos, sujeitam-se ao regime de concessão ou de permissão. A execução das operações e a prestação dos serviços conexos serão efetivadas mediante o regime de permissão, salvo quando os serviços devam ser prestados em Porto Seco instalado em imóvel pertencente à União, caso em que será adotado o regime de concessão precedida da execução de obra pública.

A licitação de portos secos é uma das políticas estratégicas da Secretaria da Receita Federal

¹Art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.208/2011.

do Brasil – RFB – que objetiva a interiorização do despacho aduaneiro, desafogando os portos molhados, facilitando as questões de logística para as empresas usuárias, bem como propiciar o desenvolvimento econômico, industrial e comercial nas regiões próximas aos Portos Secos, promovendo a alavancagem de indústrias densamente utilizadoras de matérias primas ou componentes importados, de empresas exportadoras ou de atacadistas de produtos importados. Neste contexto, preferencialmente, os Portos Secos devem ser instalados em localidades adjacentes aos portos/aeroportos, em fronteiras e em regiões produtoras e consumidoras.

O Porto Seco de Novo Hamburgo vem cumprindo de forma exitosa o objetivo institucional da Receita Federal do Brasil de facilitar o comércio exterior e de promover o desenvolvimento econômico, industrial e comercial em suas cercanias.

Localizado na região metropolitana de Porto Alegre às margens da BR 116, possui ligação com o Aeroporto de Porto Alegre (40km) e o Porto de Rio Grande (368 km). Também desfruta de boa posição em relação ao Mercosul, distante 660 km do maior Porto Seco da América Latina, em Uruguai, fronteira com Argentina. Em relação ao interior do país, Novo Hamburgo está localizada a menos de 100 km dos polos metalomecânico de Caxias do Sul e moveleiro de Bento Gonçalves, além da ligação pela BR 386 ao noroeste do Estado do RS e oeste de SC e PR, regiões prósperas no agronegócio.

A região metropolitana de Porto Alegre e, em especial, o Vale dos Sinos apresentam uma economia industrial e dinâmica. Dos dez municípios de PIB mais elevado do Estado, cinco situam-se na região. Dentre as empresas de maior porte, podemos citar Stihl, General Motors, Springer Carrier, Betanin, Calçados Beira-Rio, Getnet, RGE, Gerdau, Isdralit, RBS, Dell, Lojas Renner, Yara, Thyssenkrupp, entre outras.

Para os trabalhos relacionados à nova licitação do referido recinto alfandegado, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 – designou Comissão Especial por meio da Portaria SRRF10 nº 182, de 29 de abril de 2019, que revogou a Portaria SRRF10 nº 642, de 26 de setembro de 2017, alterada pela Portaria SRRF10 nº 692, de 17 de outubro de 2017 e pela Portaria SRRF10 nº 295, de 20 de março de 2018, a fim de atender o disposto no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 04 de novembro de 2011, e respaldar a decisão da Superintendência quanto à abertura ou não do respectivo processo licitatório.

2. AVALIAÇÃO PRELIMINAR - PESQUISA DIRETA

No mês de junho de 2018, foram encaminhados questionários objetivos, com critérios estabelecidos no anexo I desse estudo, a 263 empresas, selecionadas dentre as localizadas na região de Novo Hamburgo, ou as que operaram grande volume, no último ano (2017), em Unidade de Despacho Aduaneiro localizado Novo Hamburgo, independentemente de sua localidade.

Para a seleção das empresas, foram levantados os importadores e exportadores que foram responsáveis por 90% das importações e 90% das exportações realizadas no Porto Seco de Novo

Hamburgo/RS.

A tabela 1 abaixo sintetiza o levantamento efetuado:

Tabela 1 – Relação de correspondências enviadas por volume de operações no Porto Seco Novo Hamburgo/RS

	CIF Importação (R\$)	FOB Exportação (R\$)	Peso Bruto (kg)
Total correspondências enviadas	1.672.362.336,51	388.682.226,22	61.344.552,98
Total correspondências respondidas	1.113.581.205,25	175.639.763,82	31.045.274,44
Total correspondências respondidas Pela continuidade do porto seco NH	1.109.103.126,54	161.085.434,07	30.532.071,23
Total Porto Seco de Novo Hamburgo	1.834.577.739,99	430.113.751,49	73.897.435,02

* dados de 2017 - fonte DW-Aduaneiro

O objetivo da pesquisa era de avaliar o mercado quanto ao interesse na continuidade de um Porto Seco em Novo Hamburgo. Porém, pela quantidade de formulários respondidos, acredita-se que as empresas inquiridas não compreenderam o contexto do estudo em razão da consolidação do Porto Seco de Novo Hamburgo no ambiente do comércio exterior na região.

Foram respondidas 67 (sessenta e sete) pesquisas, sendo que 57 (cinquenta e sete) têm interesse em continuar utilizando os serviços de um Porto Seco instalado na região de Novo Hamburgo/RS e apenas 10 (dez) responderam pela não necessidade na manutenção de um Porto Seco em Novo Hamburgo/RS. A tabela abaixo traz o percentual de participação das empresas interessadas em relação ao total do fluxo de comércio exterior no Estado do RS (importação e exportação):

Tabela 2 – Importações no Porto Seco Novo Hamburgo/RS

Representatividade da Amostra em relação ao total das importações no período considerado (2017)	
Peso (%)	Valor CIF (%)
0,58	5,37

Tabela 3 – Exportações no Porto Seco Novo Hamburgo/RS

Representatividade da Amostra em relação ao total das exportações no período considerado (2017)	
Peso (%)	Valor FOB (%)
3,39	2,92

As empresas que manifestaram interesse representam, em relação ao total do fluxo de comércio exterior de 2017 do Porto, 43,45% em peso e 60,45% em valor CIF na Importação e 28,07% em peso e 37,45% em valor FOB na exportação.

Apesar da pouca efetividade na resposta tempestiva à pesquisa, salienta-se que os principais

operadores do Porto Seco de Novo Hamburgo manifestaram-se pela necessidade da continuidade desse Recinto Aduaneiro, essencial para a redução dos custos logísticos na importação e, conseqüentemente, para a competitividade de seus produtos.

3. LEVANTAMENTO DE DEMANDA

A demanda projetada do presente estudo foi dimensionada a partir de dados das importações/exportações processadas no atual Porto Seco de Novo Hamburgo/RS nos últimos 15 anos (2003 a 2017), extraídos do DW Aduaneiro.

Tais dados permitem dimensionar a estrutura física que o futuro Porto Seco deverá ter para atender a contento a demanda atual, bem como subsidiar a elaboração da projeção futura da demanda, a qual, no entanto, também deverá tomar como base estudos que projetem cenários macroeconômicos.

Informações detalhadas acerca dos dados pesquisados constam no anexo II.

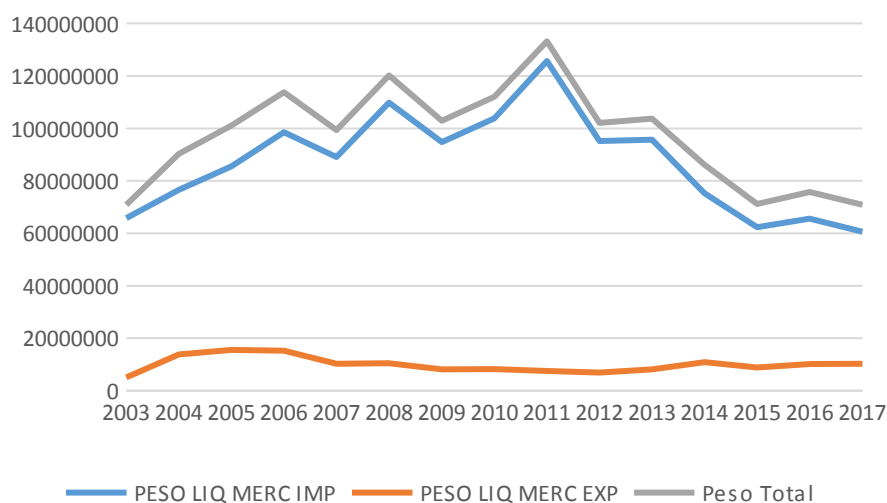
Tabela 4 – Importações e Exportações Porto Seco Novo Hamburgo/RS

ANO	Importação Peso (kg)	Exportação Peso (kg)	Peso Total (Kg)
2003	65.779.347	5.122.847	70.902.194
2004	76.525.626	13.780.597	90.306.223
2005	85.487.806	15.596.844	101.084.649
2006	98.526.865	15.292.424	113.819.289
2007	89.070.908	10.301.093	99.372.000
2008	109.775.247	10.468.124	120.243.370
2009	94.796.054	8.107.121	102.903.175
2010	103.858.139	8.184.546	112.042.684
2011	125.655.215	7.570.296	133.225.511
2012	95.176.071	6.871.177	102.047.248
2013	95.670.282	8.085.112	103.755.394
2014	75.273.561	10.919.256	86.192.817
2015	62.291.200	8.890.394	71.181.594

2016	65.591.494	10.115.776	75.707.270
2017	60.635.220	10.204.186	70.839.405
CAGR²	-0,58%	5,05%	-0,01%

Fonte: DW Aduaneiro

Evolução Peso



4. DETERMINAÇÃO DA DEMANDA E ESTRUTURA INICIAL DO PORTO SECO

Conforme se observa da tabela 4, nos últimos 15 anos o movimento de exportação cresceu a uma taxa média de mais de 5% a.a., ao passo que o movimento de importação se manteve praticamente estável, com leve queda. Outra constatação é que, ao longo dos anos, houve um descolamento da importação em relação à exportação, sendo que atualmente aquela responde por mais de 85% do movimento total do Porto Seco, no que se refere ao peso das cargas. Isso fez com que, mesmo com o acréscimo da exportação, a movimentação total de cargas no Porto Seco ficado estável.

Os números apresentados, no entanto, não necessariamente refletem uma tendência que se possa considerar para o prazo de 25 anos da permissão. Se os dados de 2017 forem comparados com os do ano de 2003, por exemplo, que atualmente o recinto apresenta movimentação praticamente igual à daquele ano. Disso se conclui que os dados, antes de indicarem tendências, apenas refletem o desempenho da economia naquele período determinado. Dessa forma, para se fazer uma projeção de

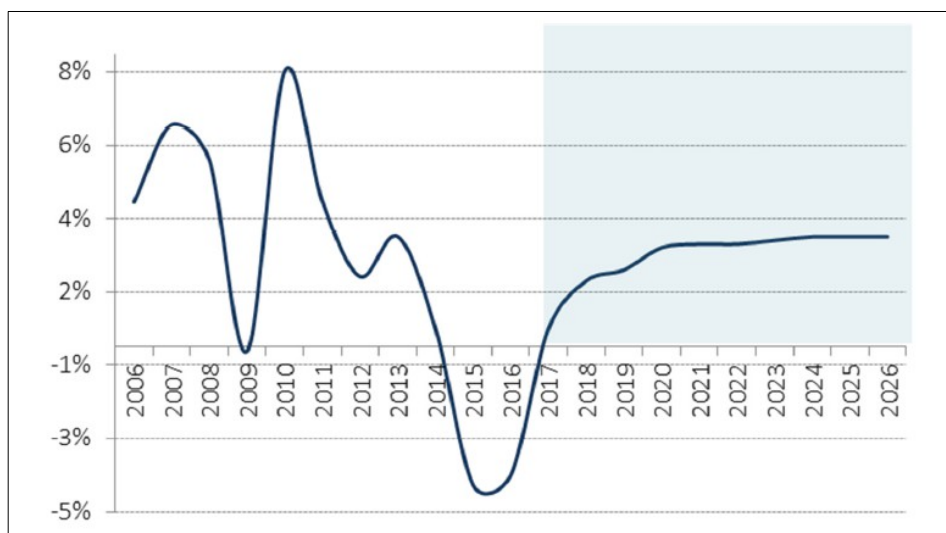
²CAGR - Compound Annual Growth Rate (Taxa Composta Anual de Crescimento)

como se comportará a movimentação do recinto ao longo do período da permissão, faz-se necessário analisar as perspectivas para o cenário macroeconômico do país para os próximos anos.

Para tanto, no presente EVTE tomaremos como parâmetro as previsões de crescimento da economia brasileira apontadas no estudo do Ministério das Minas e Energia - Nota Técnica DEA 09/17 - Caracterização do cenário macroeconômico para os próximos 10 anos (2017-2026) -, elaborada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Segundo a EPE, o PIB deverá apresentar crescimento médio de aproximadamente 1,8% nos próximos 10 anos, conforme demonstrado no gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 – Trajetória do PIB: histórico e projeção



Fonte: Nota Técnica DEA 09/17 – IBGE (histórico) e EPE (projeção)

Com relação ao setor externo, há previsão de crescimento para os próximos 10 anos a uma taxa composta anual de 3,26% para as exportações e de 3,87% para as importações, conforme se verifica na tabela 5, abaixo.

Tabela 5– Indicadores econômicos do setor externo (médias do período)

DISCRIMINAÇÃO	Histórico		Projeção	
	2006-2010	2011-2015	2017-2021	2022-2026
Exportações (US\$ bilhões)	170,26	231,38	227,70	303,44
Importações (US\$ bilhões)	138,89	217,96	177,96	249,83

Fontes: Nota Técnica DEA 09/17 – Banco Central (dados históricos) e EPE (projeções)

Nesse contexto, adotar-se-á, então, uma taxa de crescimento médio anual conservadora no fluxo de comércio exterior da jurisdição de estudo de 3% a.a. para os próximos 25 anos, período de exploração do Porto Seco em estudo.

O dimensionamento da estrutura operacional mínima a ser exigida em edital do processo licitatório tomou por base a estimativa de demanda para o 5º ano, por considerar um prazo aproximado de dois anos para construção da estrutura, alfandegamento da instalação, uma dotação de capacidade instalada inicial que atenda os primeiros anos de funcionamento e eventuais picos de demanda, com qualidade nos serviços prestados, obtendo-se os montantes destacados no quadro abaixo. A estimativa de demanda dos demais anos encontra-se destacada no anexo II. A especificação de estrutura, no anexo IV.

Tabela 6 – Demanda Estimada para 2023

Operação	Peso (toneladas)	Valor (R\$)
Importação e Exportação	84.586	3.067.694.571,29

Fonte: DW Aduaneiro

5. TIPO DE CARGA A SER MOVIMENTADA E ARMAZENADA

Nas tabelas 7 e 8, abaixo, estão relacionadas as principais mercadorias movimentadas nos últimos dois anos (2016 e 2017) no atual Porto Seco, consolidadas para importação e exportação, por capítulo da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), ordenadas por peso total (kg) e valor (R\$), respectivamente. Foi considerado o valor CIF (custo, seguro e frete) para importação e FOB (valor da mercadoria no local de embarque) para a exportação.

Tabela 7 – Principais mercadorias movimentadas em 2016/2017, em peso

CAPITULO NCM	Peso total (kg)
Plásticos e suas obras	48.193.556
Reatores nucl., caldeiras, instrum. Mecânicos	43.082.947
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; ap	23.385.910
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	23.086.553
Borracha e suas obras	21.199.872
Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinema	15.004.873
Veículos, tratores e outros veíc. Terrestres	13.844.734
Tecidos impregnados, revestidos, recobertos	9.295.714

Fibras sintéticas, artificiais, descontínuas	8.798.069
Extratos tanantes e tintoriais, pigm., tintas	5.278.440

Fonte: DW Aduaneiro

Tabela 8 – Principais mercadorias movimentadas em 2016/2017, em reais

CAPITULO NCM	Valor (R\$)
Reatores nucl., caldeiras, instrum. Mecânicos	1.123.010.010
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; ap	728.507.503
Plásticos e suas obras	397.341.275
Calçados, polainas e artefatos semelhantes; suas partes	345.733.395
Produtos diversos das indústrias químicas	307.788.673
Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinema	281.914.089
Veículos, tratores e outros veíc. Terrestres	252.495.651
Tecidos impregnados, revestidos, recobertos	116.803.119
Borracha e suas obras	91.212.915
Ferramentas, artef. cutelaria, e suas partes	77.971.969

Fonte: DW Aduaneiro

6. LOCALIZAÇÃO DO PORTO SECO

A análise de viabilidade técnica e econômica restringe-se à implantação de Porto Seco no município de Novo Hamburgo/RS.

7. DISPONIBILIDADE DE RECURSOS HUMANOS

A necessidade estimada de recursos humanos demandada pela eventual instalação de Porto Seco na região de Novo Hamburgo/RS será a seguinte:

Tabela 9 – Demanda de Servidores da Receita Federal do Brasil

CARGO	LOTAÇÃO INICIAL
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil	3
Analista Tributário da Receita Federal do Brasil	1

Apoio Administrativo	2
----------------------	---

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal poderá atender a demanda necessária com os recursos humanos existentes na época do início da execução contratual e com aqueles que no futuro vierem a ser necessários para cobrir os acréscimos na demanda do comércio exterior.

8. PRAZO

O prazo da Permissão será de 25 (vinte e cinco) anos, com a possibilidade de prorrogação por mais 10 (dez) anos, conforme o disposto no § 2º, do art. 1º da Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995, com a redação dada pelo art. 26 da Lei Federal nº 10.684, de 30 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União, edição extra de 31 de maio de 2003.

9. DIMENSIONAMENTO DO PORTO SECO, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

9.1 Dimensionamento

Considerando-se os critérios estabelecidos no anexo IV, o novo Porto Seco deverá dispor, no mínimo, de:

Tabela 10– Dimensionamento mínimo do Porto Seco

DISCRIMINAÇÃO	Área (m²)		
	Inicial	6º ano	11º ano
Área de armazém	19.117	20.457	23.063
Área para guarda de amostras	19	20	23
Área para mercadorias refrigeradas	57	61	69
Área para guarda de mercadoria apreendidas	191	205	231
ÁREA TOTAL DO ARMAZÉM	19.384	20.743	23.386
Área necessária para vias/deslocamento/manobra de caminhões	1.804	1.926	2.160
Área para estacionamento de caminhões	4.582	4.903	5.527
Área para armazenamento de contêiner	148	137	125
Área coberta para conferência de mercadoria	92	98	111

Área para posicionamento de caminhões na área de conferência	46	57	55
Área de pátio destinada a caminhões com cargas perigosas	916	981	1.105
Área para estacionamento de veículos pequenos	229	245	276
ÁREA TOTAL DO PÁTIO	7.817	8.101	9.361
Área Exclusiva da Receita Federal	250	250	250
Área outros órgãos	90	90	90
Área administrativa da permissionária	1.147	1.147	1.171
ÁREA TOTAL ÚTIL PARA CONSTRUÇÃO DO PORTO SECO	1.487	1.487	1.511

Obs.: A área **TOTAL DO TERRENO** dependerá dos acréscimos legais do município sede do Porto Seco. A área inicial destacada constará no edital como requisito mínimo.

Acima foram destacadas as áreas mínimas estimadas, considerando as operações previstas para o empreendimento no decorrer dos seus 25 anos de exploração, baseadas em aspectos de funcionalidade e qualidade dos serviços. Por se tratar de áreas mínimas, sua estimativa foi conservadora, uma vez que o interessado poderá ampliá-las de acordo com a necessidade operacional ou demanda de mercado.

9.2 Equipamentos

Pela quantidade e característica da carga a ser movimentada e armazenada no recinto e conforme critérios estabelecidos no anexo IV, o novo Porto Seco deverá dispor, no mínimo, de:

Tabela 11 – Discriminação dos equipamentos mínimos

DISCRIMINAÇÃO	Quantidade		
	Inicial	10º ano	17º ano
Balança rodoviária (80 ton)	1	1	1
Reach Stacker 45t	1	1	1
Empilhadeira 7,5t	1	1	1
Empilhadeira 3t	4	4	5
Empilhadeira 4,5t	1	1	1
Paleteiras hidráulicas 1200kg	8	8	8

Tomada Trifásica (Reefer)	8	8	8
Balança de precisão para pesagem de volumes 15kg	3	3	3
Balanças de precisão peq.quantidades 50 kg	2	2	2
Balanças 100 kg	1	1	1
Balanças 1500 kg	1	1	1
Balanças 2500 kg	1	1	1
Grupo-Gerador	1	1	1
Transformador	1	1	1
Cancela com acionamento eletrônico	1	1	1

Obs.: descrição sumária dos equipamentos. No ato do alfandegamento, os equipamentos deverão atender às especificações previstas em ato normativo da RFB.

Acima foram destacados os equipamentos principais, em termos de operacionalidade e valor. Na estimativa de custos, acrescemos margem de 15% referente às imprecisões, equipamentos de menor porte e valor, estruturas de apoio, montagem, custos acessórios, etc.

9.3 Mobiliário para a Receita Federal do Brasil e Órgãos Anuentes

Considerando-se uma estrutura média para um total de 6 servidores, deverá ser disponibilizado o seguinte mobiliário para a Receita Federal do Brasil:

Tabela 12 – Discriminação do mobiliário mínimo para a RFB	
DISCRIMINAÇÃO	Quantidade
Armário de Madeira	10
Mesa (Estação de Trabalho)	6
Mesa de Reunião	1
Cadeiras Giratórias	9
Poltronas	2
Estantes	7
Gaveteiros	3

Fogão	1
Forno de Microondas	1
Geladeira	1
Bebedouro de água (01 para cada 10 funcionários)	1
BTUs instalado (Condicionadores de ar) (foi considerado necessário 1.000 BTU por metro quadrado)	340
Aparelho Telefônico	8
Copiadora Multifuncional	1

Acima foi destacado o mobiliário principal. Na estimativa de custos, acrescentamos margem de 15% referente à aquisição de equipamentos de menor porte e valor, estruturas de apoio, montagem, custos acessórios, etc. A estimativa de custos considerou, ainda, acréscimo de 100% referente à aquisição de mobiliário destinado aos outros órgãos de controle.

9.4. Equipamentos de Informática para a Receita Federal do Brasil

Considerando-se uma estrutura média para um total de até 6 servidores, deverá ser disponibilizado o seguinte mobiliário para a Receita Federal do Brasil:

Tabela 13 – Discriminação os equipamentos de informática que deverão ser disponibilizados

DISCRIMINAÇÃO	Quantidade
Microcomputador interligado na rede local, na rede da RFB e no SISCOMEX, de acordo com os padrões técnicos vigentes da RFB.	9
Impressora laser interligada aos microcomputadores de acordo com os padrões técnicos vigentes da RFB.	2
Leitor óptico de códigos de barras	2
Scanner de mesa	1
Rede local de computadores exclusiva para RFB de acordo com os padrões técnicos vigentes incluindo cabeamento estruturado, pontos de rede (conjunto composto por ponto lógico e tomadas de conexão elétrica) suficientes para suprir os equipamentos solicitados, microcomputador para servidor de rede, equipamentos de rede (Hubs e switches, roteadores) e equipamentos de infraestrutura elétrica ("no break" e estabilizador)	1

Acima foram destacados os principais equipamentos de informática. Na estimativa de custos, acrescentamos margem de 15% referente à aquisição de equipamentos de menor porte e valor, estruturas de apoio, montagem, custos acessórios, etc. A estimativa de custos considerou, ainda, acréscimo de 100% referente à aquisição de equipamentos de informática destinados aos outros órgãos de controle.

9.5 Sistemas Operacionais

Deverão ser disponibilizados os seguintes sistemas operacionais:

Tabela 14 – Discriminação dos sistemas operacionais que deverão ser disponibilizados

DISCRIMINAÇÃO	Quantidade
Sistema informatizado monitoramento e de vigilância eletrônica	1
Sistema informatizado de controle de acesso de pessoas e veículos, movimentação de cargas e estocagem de mercadorias.	1

Obs.: os sistemas deverão atender às disposições normativas da RFB, em especial quando do alfandegamento da área.

Na estimativa de custos, acrescentamos margem de 15% referente a despesas com acessórios, montagem, dentre outros. Ainda, estimou-se custos de disponibilização de sistemas adicionais, tais como sistema de prevenção e incêndio e sistema e equipamentos de Segurança e Medicina do Trabalho.

9.6 Instalações Exclusivas da Receita Federal do Brasil

As instalações da Receita Federal deverão ser climatizadas e ocupar uma área total de 250 m², dividida em área de expediente, banheiros masculino e feminino, copa, sala para central de monitoramento eletrônico e arquivo.

Os recursos materiais destinados ao uso nessas instalações já foram descritos nos itens 9.3 e 9.4, acima, e deverão ser novos ou estar em perfeito estado de uso.

Deverão ser reservadas 06 vagas de estacionamento de automóveis privativas aos servidores da Receita Federal.

9.7 Instalações de Órgãos Intervenientes

A Permissionária deverá disponibilizar área para a instalação de outros órgãos públicos que atuem no controle administrativo do comércio exterior, inclusive Fazenda Estadual, bem como, na medida do possível, a entidades que prestem serviços profissionais diretamente ligados às atividades de comércio exterior desenvolvidas no Porto Seco.

9.8 Edificações do Porto Seco

Será exigido o fornecimento da seguinte estrutura física:

- Área fechada e coberta destinada ao armazenamento de mercadorias, com o mínimo de 19.384m² (metragem exigida para os primeiros cinco anos de funcionamento, armazém em paredes rígidas, piso pavimentado e nivelado para suportar cargas pesadas, esquadrias e cobertura que proporcionem condições de segurança, pé direito livre de, no mínimo, 8m), com espaço suficiente para ampliação até o limite previsto no anexo IV;
- Área descoberta, pavimentada para tráfego pesado, para movimentação e armazenagem de cargas, estadia e manobra de caminhões, reboques, semirreboques, estacionamento de veículos pequenos, com no mínimo de 7.817m² e espaço suficiente para ampliação até o limite previsto no anexo IV;
- Prédio em alvenaria para administração da permissionária, com vestiários e sanitários para uso dos empregados e contratados da permissionária que efetuem serviços no Porto Seco;
- Instalações prediais exclusivas para a RFB, conforme descrito no item 9.6;
- Instalações prediais para demais intervenientes no processo administrativo do comércio exterior, conforme descrito no item 9.7;
- Fechamento de toda a área do Porto Seco com cerca ou muro, com altura mínima de 2,5 metros e portões da mesma altura, que ofereçam condições de segurança;
- Outras instalações prediais: guaritas, portaria, subestações, reservatórios de água, banheiro coletivo, refeitório, enfermaria para empregados e usuários, local para instalação de antena repetidora de sinal de celular, espaço para caixas eletrônicos e sala para a ADAC (Associação dos Despachantes Aduaneiros) e ATIC (Associação das Transportadoras);
- Malha de acesso rodoviário, externa ao Porto Seco, pavimentada para tráfego pesado, desde a via pública pavimentada até a entrada do Terminal;
- Área para caminhoneiros, com copa, banheiro e sala de estar (a permissionária deverá cumprir a Portaria MTE nº 944/2015, que estabelece as condições de segurança, sanitárias e de conforto nos locais de espera, de repouso e de descanso dos motoristas profissionais de transporte rodoviário de passageiros e de cargas;
- Outras estruturas exigidas pelas normas de alfandegamento.

10. ORÇAMENTO DO PORTO SECO

Para estimativa dos valores de investimento necessários para implantação do Porto Seco, foram consideradas as estimativas, os critérios e o cálculo constante do anexo V. Os resultados consolidados estão indicados na tabela 15, abaixo:

Tabela 15– Orçamento do Porto Seco

ITEM	Inicial	6º ano (acrécimo)	11º ano (acrécimo)
Equipamentos	4.311.847,94	0,00	170.775,00
Obras	53.323.954,62	3.453.292,07	6.909.914,61
Mobiliário - RFB e outros órgãos	134.082,53	0,00	0,00
Mobiliário - permissionária	431.649,05	0,00	2.525,40
Informática - RFB e outros órgãos	125.752,50	0,00	0,00
Informática - permissionária	290.490,00	0,00	0,00
Sistemas informatizados-permissionária	145.000,00	0,00	0,00
Veículos - permissionária	81.926,00	0,00	0,00
Outros sistemas - permissionária	100.000,00	0,00	0,00
TOTAL POR ETAPAS	58.944.702,63	3.453.292,07	7.083.215,01

11. DEPRECIAÇÃO

Foi utilizado para este estudo o critério de depreciação linear com os índices (taxas) de depreciação anual de acordo com os percentuais aceitos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (IN SRF nº 162, de 1998), aplicados sobre os itens do orçamento de capital como demonstrado no anexo V, onde também está calculado o encargo de depreciação durante o prazo do empreendimento.

12. CUSTOS E DESPESAS ANUAIS

Os critérios e a definição do dispêndio anual relativo aos custos e despesas para funcionamento do Porto Seco constam do anexo VI. Os valores foram calculados anualmente para o período de duração da permissão.

13. RECEITAS PARA O PORTO SECO

As receitas anuais necessárias para cobrir todo o custo do investimento e despesas de funcionamento do Porto Seco, e ainda proporcionar lucro líquido, estão demonstradas no anexo VII deste estudo.

Foi elaborada planilha com as Demonstrações do Resultado do Exercício para cada um dos anos de duração da permissão, levando-se em conta a demanda esperada para cada ano e os custos e despesas anuais.

14. FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DO EMPREENDIMENTO

Neste trabalho foi adotado o estudo de viabilidade pelo fluxo de caixa operacional. Para determinar o fluxo de caixa líquido adiciona-se ao resultado líquido de cada exercício o valor do encargo da depreciação. O resultado positivo ou negativo corresponderá ao fluxo de caixa do empreendimento que está demonstrado igualmente no anexo VII.

15. TAXA DE ATRATIVIDADE DO EMPREENDIMENTO

Será considerada como taxa de atratividade do projeto o valor de 10,4% ao ano, obtido pela metodologia do Custo Médio Ponderado de Capitais - WACC (Weighted Average Cost of Capital), apurado conforme avaliação feita pela Secretaria do Tesouro Nacional e demonstrada por meio de nota técnica transcrita no anexo VII.

16. VERIFICAÇÃO DA VIABILIDADE DO EMPREENDIMENTO

A viabilidade do empreendimento será aferida pelos métodos do Valor Presente Líquido (VPL) e da Taxa Interna de Retorno (TIR), considerando-se a taxa de atratividade de 10,4% ao ano e o fluxo líquido de caixa constante do anexo VII deste estudo. Os critérios e os resultados obtidos estão apresentados no anexo VII. O valor de VPL e TIR obtidos são:

VPL: R\$ 0,00

TIR: 10,4% a.a.

Sendo o VPL igual a zero e a TIR igual à Taxa de Atratividade, conclui-se que o empreendimento é viável economicamente. Entretanto, resta ainda calcular as tarifas a serem cobradas dos usuários e verificar se elas se enquadram nos valores de mercado.

17. DETERMINAÇÃO DAS TARIFAS

As tarifas no armazenamento e movimentação de mercadorias, a partir da Receita Bruta Esperada Total de R\$ 576.669.085,97 (quinhentos e setenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, oitenta e cinco reais e noventa e sete centavos), foram calculadas de acordo com os critérios demonstrados no anexo VIII.

As tarifas finais suficientes à viabilidade da exploração e tomadas como limite no processo licitatório são então abaixo destacadas.

Tabela 16 – Tarifas

DESCRIÇÃO	TARIFA
Tarifa de Armazenagem (TA): % do valor CIF (importação) /FOB (exportação) por período de 10 dias ou fração	0,14%
Tarifa de Movimentação (TM): valor calculado por m ³ ou fração	R\$ 11,40/m3

18. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Tarifa de Armazenagem de 0,14% (calculada em percentual do valor CIF por 10 dias ou fração) está dentro da média praticada na 10ª Região Fiscal. Da mesma forma, a Tarifa de Movimentação de R\$ 11,40 (por m³) está na média praticada na Região.

O licitante vencedor poderá optar por cobrar a Tarifa de Movimentação por tonelada, devendo, para tanto, multiplicar a Tarifa de Movimentação por volume (m³) pelo fator de conversão de 2,89 m³/tonelada (equivalência entre peso e volume das cargas calculado dividindo-se a média de peso por container, conforme registros da ANTAQ do ano de 2017, pelo volume de um container – 33m³)³, de acordo com a fórmula abaixo:

$TM_{ton} = TM_{m^3} \times FC$, onde:

TM_{ton} = Tarifa de Movimentação por tonelada

TM_{m^3} = Tarifa de Movimentação por metro cúbico

FC = Fator de conversão = 2,89 m³/tonelada

Pelos dados e parâmetros utilizados acima, conclui-se que as tarifas se encontram dentro dos valores de mercado e propiciam retorno ao investimento do futuro permissionário.

Conclui-se pela viabilidade da implantação de Porto Seco no município de Novo Hamburgo/RS.

³No ano de 2017 foram movimentados nos portos brasileiros 106,2 milhões de toneladas, em 9,3 milhões de TEUs, o que dá uma média de 11,42 ton/TEU. A capacidade de 1 TEU é de 33m³. Logo, um TEU equivale, em média, a 2,89 m³. Dados disponíveis em http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/20180112_Anu%C3%A1rio_2017_v4-4-vers%C3%A3o-final.pdf



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por JOSE HELIO JUSTO em 27/11/2019 09:49:00.

Documento autenticado digitalmente por JOSE HELIO JUSTO em 27/11/2019.

Documento assinado digitalmente por: LUIS ANTONIO DA SILVA MACHADO em 27/11/2019.

Esta cópia / impressão foi realizada por JOSE HELIO JUSTO em 27/11/2019.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP27.1119.10413.3T4N

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
CFD345219BDDD20178A1F35C18710B8D8647839EF679E7C66ED93871CCD8A716